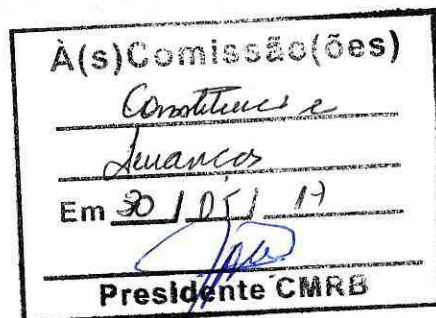




CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE
RUA 24 DE JANEIRO, 53 - BAIRRO 6 DE AGOSTO



PROC. LEGISLATIVO Nº	DISTRIBUIÇÃO
DATA: 30 de maio de 2017 NATUREZA: Relatório Resumido AUTOR: Executivo Municipal ASSUNTO: Ofício nº325/GAPRE, de 15/05/2017, encaminhando a esta Casa os anexos do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2017.	As Comissão Técnicas <i>[assinatura]</i> Setor Legislativo CMRB Em 30/05/2017 <i>1º parecer em 06/06/17 parecer [assinatura]</i> <i>[assinatura]</i> <i>Audiências Públicas realizadas em: 07.07.17</i> <i>Lido para conhecimento dos Parlamentares no 61 Sessã Ordinária</i> <i>Em: 12.07.16</i> <i>Manuel Marcos Presidente Câmara Municipal de Rio Branco</i>



Ofício nº 325 /GAPRE/2017

Rio Branco, 15 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Manuel Marcos
Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre e Relatório Resumido da
Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2017.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, na forma disposta na Resolução TCE/AC Nº 61/2007 alterada pela Resolução TCE/AC nº 89/2014, os anexos Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2017 deste Poder, devidamente publicados no Diário Eletrônico de Contas.

Atenciosamente.


Marcus Alexandre
Prefeito de Rio Branco

Protocolo Eletrônico
Nº 500/2017

PORTARIA Nº 263/2017

O Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 38/93 e inciso IV do art. 13 do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando a Comunicação Interna nº 212/2017, da DAFO,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **Francisco Marques de Oliveira**, Suprimento de Fundos no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), no Elemento de Despesa 3.3.90.36-00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para custear despesas, durante visita in loco ao município de Santa Rosa do Purus-AC no intuito de validar o Índice de Efetividade da Gestão Pública Municipal (IEGM).

Art. 2º - Determinar ao Setor de Protocolo deste Tribunal a abertura de Processo de Prestação de Contas do suprimento de fundos, concedido por esta Portaria, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o favorecido apresente a devida prestação de contas.

Registre-se; Publique-se; Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Rio Branco, 18 de maio de 2017.

Cons. **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/ACRE

PORTARIA Nº 272/2017

O Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 38/93 e inciso IV do art. 13 do Regimento Interno deste Tribunal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Auditora de Controle Externo **Luma Ferreira da Silva Moura** para, em virtude da ausência do ocupante do Cargo de Secretário das Sessões, no âmbito deste Tribunal de Contas, responder, interinamente, pela respectiva pasta.

Art. 2º - Esta Portaria terá seus efeitos a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Rio Branco, 24 de maio de 2017.

Cons. **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/ACRE

**PORTARIA Nº 273/2017**

O Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 38/93 e inciso IV do art. 13, do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando o expediente Ofício IRB n.375/ 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 9,5 (nove e meia) diárias em nome do Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**, matrícula nº 001, para, no período de 05/06 a 07/06 do corrente ano, em Lisboa-Portugal, para representar esta Corte de Contas, durante a realização do III Seminário Ibero-Americano de Direito e Controle, com o tema: Direito, Controle e Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS. A saída de Rio Branco - AC dar-se-á no dia **02/06/2017** e o retorno no dia **11/06/2017**, correndo as despesas à conta do Elemento de Despesa 3.3.90.14.00 (Diárias – Pessoal Civil).

Art. 2º - Determinar ao Setor de Protocolo deste Tribunal a abertura de Processo de Prestação de Contas das diárias concedidas por esta Portaria, para que seja realizada a devida prestação de contas por parte do favorecido, em até 10 (dez) dias, contados da data de retorno, conforme art. 12, da Resolução TCE-AC nº 060, de 14 de junho de 2006.

Registre-se; Publique-se; Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Rio Branco, 24 de maio de 2017.

Cons. **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 126/2017

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO,



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	340.956.894,39	163.092,80
Pessoal Ativo	319.066.341,85	163.092,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.890.552,54	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	36.774.242,76	15.461,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.486.742,61	15.461,83
Decorrentes de Decisão Judicial	8.764.769,68	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.730.201,53	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	18.792.528,94	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	304.182.651,63	147.630,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	734.447.509,92	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	304.330.282,60	41,44
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	396.601.655,36	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	376.771.572,59	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	356.941.489,82	48,60

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 15:30:39

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcelo Castro Macêdo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC-001640/O-1

Ada Barbosa Derze
Auditora - Chefe
Decreto Nº 013/2017



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - Anexo 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo do Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	208.267.480,51	197.606.825,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	122.030.969,42	117.980.621,27	0,00	0,00
Interna	122.030.969,42	117.980.621,27	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive)- Vencidos e não Pagos	86.236.511,09	79.626.203,73	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	78.830.785,23	101.451.608,23	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	87.975.116,03	101.788.667,81	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-9.144.330,80	-337.059,58	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	129.436.695,28	96.155.216,77	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	727.248.237,15	734.447.509,92	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	28,64	26,91	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	17,80	13,09	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	872.697.884,58	881.337.011,90	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (§ 1º do art. 59 da LRF) - 108%	785.428.096,12	793.203.310,71	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	122.030.969,42	117.980.621,27	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	35.462.660,30	31.847.960,04	0,00	0,00
De Tributos	8.853.093,59	7.888.901,45	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	15.933.164,76	13.668.819,64	0,00	0,00
Previdenciárias	15.933.164,76	13.668.819,64	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	10.675.401,95	10.290.238,95	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	86.568.309,12	86.132.661,23	0,00	0,00
Interna	86.568.309,12	86.132.661,23	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo do Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	86.236.511,09	79.626.203,73	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.292.003,95	4.436.362,32	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.193.848,15	4.122.137,87	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo do Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	353.705.253,87	353.705.253,87	0,00	0,00
Passivo Atuarial	353.705.253,87	353.705.253,87	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)	282.397.421,42	303.595.870,23	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	282.397.421,42	303.595.870,23	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	71.307.832,45	50.109.383,64	0,00	0,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 15:33:05

* Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcos Castro Macêdo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tenismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Ada Barbosa Derze
Auditora - Chefe
Decreto Nº 013/2017

(1/1)

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017			RS 1,00
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF		0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	727.248.237,15	734.447.509,92	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL					
LÍMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	159.994.612,17	161.578.452,18	0,00	0,00	0,00
LÍMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	143.995.150,96	145.420.606,96	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS					
EXTERNAS (V)	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema WebPúblico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 15:34:49
Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcelo Castro Macêdo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Ada Barbosa Derzo
Auditora - Chefe
Decreto Nº 013/2017





MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CREDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	9.192.055,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	9.192.055,00
Interna	0,00	9.192.055,00
Abertura de Crédito	0,00	9.192.055,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RLC
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	734.447.509,92	0,00 %
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00 %
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00 %
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + II)	9.192.055,00	1,25 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	117.511.601,59	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40 %	105.760.441,43	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	51.411.325,69	7,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	9.192.055,00	1,25 %

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 15:35:54

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcos Macêdo
Secretário Mun. de Desenvolvimento Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Antônio José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

Ada Barbosa Derze
Auditora - Chefe
Decreto Nº 013/2017



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		734.447.509,92	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		304.330.282,60	41,44
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		396.601.655,36	54,00
Limite Prudencial (§ Único, art. 22 da LRF) - <%>		376.771.572,59	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		96.155.216,77	13,09
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		881.337.011,90	120,00
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		161.578.452,18	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Créditos Externas e Internas		9.192.055,00	1,25
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas		117.511.601,59	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita		51.411.325,69	7,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 16:05:27

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcelo Castro Macedo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/R

Ada Barbosa Derze
Auditora - Chefe
Decreto Nº 013/2017

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso "a" e "b" do inciso II e § 1º)										JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL										R\$ 1,00																			
RECEITAS										PREVISÃO INICIAL					PREVISÃO ATUALIZADA (a)					RECEITAS REALIZADAS					SALDO (a-c)														
																				No Bimestre (b)					% (b/a)					Até o Bimestre (c)					% (c/a)				
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										761.063.106,00					761.398.753,01					122.600.382,25					16,10					240.107.499,75					31,54				
RECEITAS CORRENTES										742.114.788,00					742.450.435,01					118.499.285,56					15,96					235.798.972,34					31,76				
RECEITA TRIBUTÁRIA										104.524.269,00					104.524.269,00					24.634.487,01					23,57					37.131.609,67					35,52				
Impostos										101.221.697,00					101.221.697,00					23.923.196,23					23,63					35.353.161,76					34,93				
Taxas										3.302.572,00					3.302.572,00					711.290,78					21,54					1.778.447,91					53,85				
Contribuição de Melhoria										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES										28.078.124,00					28.078.124,00					4.442.760,10					15,82					8.792.879,67					31,32				
Contribuições Sociais										14.726.992,00					14.726.992,00					2.442.344,30					16,58					4.610.246,86					31,30				
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Contribuição de Iluminação Pública										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
RECEITA PATRIMONIAL										13.351.132,00					13.351.132,00					2.000.415,80					14,98					4.182.632,81					31,33				
RECEITAS IMOBILIÁRIAS										27.359.841,00					27.359.841,00					6.438.216,95					23,53					17.354.994,83					63,43				
Recursos de Valores Mobiliários										549.751,00					549.751,00					147.113,97					26,76					231.975,35					42,20				
Recursos de Concessões e Permissões										26.711.813,00					26.711.813,00					6.262.677,36					23,45					17.073.760,63					63,92				
Compensações Financeiras										98.277,00					98.277,00					28.425,62					28,92					49.258,85					50,12				
Recursos Decorrentes do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Recursos da Cessão de Direitos										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Outras Receitas Patrimoniais										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
RECEITA AGROPECUÁRIA										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Recursos da Produção Vegetal										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Recursos da Produção Animal e Derivados										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Outras Receitas Agropecuárias										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
RECEITA INDUSTRIAL										40.799.100,00					40.799.100,00					4.848.605,78					11,88					7.561.929,53					18,53				
Recursos da Indústria Extrativa de Mineral										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Recursos da Indústria de Transformação										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Recursos da Indústria de Construção										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Outras Receitas Industriais										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
RECEITA DE SERVIÇOS										6.246.151,00					6.246.151,00					3.504.885,29					56,11					4.304.100,50					68,91				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										520.610.587,00					520.946.234,01					71.735.256,60					13,77					154.328.079,00					29,62				
Transferências Intergovernamentais										472.024.691,00					472.360.338,01					69.890.486,16					14,80					151.029.347,50					31,97				
Transferências de Instituições Privadas										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Transferências do Exterior										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Transferências de Pessoas										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Transferências de Convênios										48.585.896,00					48.585.896,00					1.844.770,44					3,80					3.299.731,50					6,79				
Transferências para o Combate à Fome										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										14.496.716,00					14.496.716,00					2.895.073,83					19,97					6.324.379,14					43,63				
Multas e Juros de Mora										4.143.701,00					4.143.701,00					959.888,42					23,17					1.951.408,48					47,09				
Indenizações e Resoluções										1.585.636,00					1.585.636,00					16.252,92					1,03					397.721,80					25,08				
Recursos da Dívida Ativa										8.453.785,00					8.453.785,00					1.727.277,35					20,43					3.579.164,28					42,34				
Recursos Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização do Déficit Anual do RPPS										0,00					0,00					0,00					0,00					0,00					0,00				
Recursos Correntes Diversas										313.594,00					313.594,00					191.655,14					61,12					396.084,58					126,30				
RECEITAS DE CAPITAL										18.948.318,00					18.948.318,00					4.101.086,69					21,64					4.308.527,41					22,74				

Continua (1/2)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Continuação
R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.192.055,00	9.192.055,00	1.830.078,69	19,91	1.906.281,49	20,74
	9.192.055,00	9.192.055,00	1.830.078,69	19,91	1.906.281,49	20,74
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.756.263,00	9.756.263,00	2.271.018,00	23,28	2.402.245,92	24,62
Transferências Intergovernamentais	5.384.710,00	5.384.710,00	592.931,00	11,01	592.931,00	11,01
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	4.371.553,00	4.371.553,00	1.678.087,00	38,39	1.809.314,92	41,39
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recalculs de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	29.271.628,00	29.271.628,00	4.150.306,06	14,18	4.061.962,50	34,37
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	790.334.734,00	790.670.381,01	126.750.688,31	16,03	250.169.462,25	31,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito: Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	790.334.734,00	790.670.381,01	126.750.688,31	16,03	250.169.462,25	31,64
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	790.334.734,00	790.670.381,01	126.750.688,31	16,03	250.169.462,25	31,64
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	1.551.021,29	0,00	0,00	1.551.021,29	100,00
Superávit Financeiro	0,00	1.551.021,29	0,00	0,00	1.551.021,29	100,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	758.341.999,00	760.078.657,30	120.437.256,05	232.891.737,00	527.186.920,30	112.308.371,81	188.407.357,05	571.671.300,25	187.987.729,81
DESPESAS CORRENTES	639.743.881,00	639.977.525,86	111.470.905,70	212.927.360,32	427.050.165,54	102.715.994,65	171.967.540,47	468.009.985,39	171.728.482,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	364.108.896,00	359.595.930,30	56.637.082,65	99.891.053,03	259.704.877,27	56.608.750,53	99.271.396,01	250.324.534,29	99.219.065,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.024.243,00	10.030.443,00	1.402.770,62	3.477.340,71	6.553.102,29	1.583.892,26	3.076.548,03	6.953.894,97	3.026.005,30

Continuação (23)

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Continuação
R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	265.610.742,00	270.351.152,56	53.131.052,43	109.558.966,58	160.792.185,98	44.523.351,86	69.619.596,43	200.731.556,13	69.483.411,54
DESPESAS DE CAPITAL	95.887.896,00	97.516.019,44	9.266.350,35	19.964.376,68	77.551.642,76	9.592.377,16	16.439.816,58	81.076.202,86	16.259.247,46
INVESTIMENTOS	75.546.556,00	78.063.231,01	6.201.930,23	12.218.608,13	65.844.622,88	5.789.988,56	9.477.953,31	68.585.277,70	9.477.213,31
INVERSOES FINANCEIRAS	5.100,00	83.158,00	0,00	78.058,00	5.100,00	0,00	78.058,00	5.100,00	78.058,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.336.340,00	19.369.630,43	3.064.420,12	7.567.710,55	11.701.919,88	3.802.388,60	6.883.805,27	12.485.825,16	6.703.976,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.967.000,00	1.842.000,00	0,00	0,00	1.842.000,00	0,00	0,00	1.842.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	20.743.112,00	20.743.112,00	0,00	0,00	20.743.112,00	0,00	0,00	20.743.112,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	31.992.745,00	32.142.745,00	5.365.886,74	7.969.011,69	24.173.733,31	5.302.803,00	7.831.371,82	24.311.373,18	7.831.084,23
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	790.334.734,00	792.221.402,30	125.803.142,79	240.860.748,69	551.360.653,61	117.611.174,81	196.238.728,87	595.982.673,43	195.818.814,04
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	790.334.734,00	792.221.402,30	125.803.142,79	240.860.748,69	551.360.653,61	117.611.174,81	196.238.728,87	595.982.673,43	195.818.814,04
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.930.733,38	53.930.733,38	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	790.334.734,00	792.221.402,30	125.803.142,79	240.860.748,69	551.360.653,61	117.611.174,81	250.169.462,25	595.982.673,43	195.818.814,04

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS CORRENTES	29.271.628,00	29.271.628,00	4.150.306,06	14,18	10.061.962,50	19.209.665,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	29.271.628,00	29.271.628,00	4.150.306,06	14,18	10.061.962,50	19.209.665,50
TOTAL	29.271.628,00	29.271.628,00	4.150.306,06	14,18	10.061.962,50	19.209.665,50

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	31.992.745,00	32.142.745,00	5.365.886,74	7.969.011,69	24.173.733,31	5.302.803,00	7.831.371,82	24.311.373,18	7.831.084,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.992.745,00	32.142.745,00	5.365.886,74	7.969.011,69	24.173.733,31	5.302.803,00	7.831.371,82	24.311.373,18	7.831.084,23
TOTAL	31.992.745,00	32.142.745,00	5.365.886,74	7.969.011,69	24.173.733,31	5.302.803,00	7.831.371,82	24.311.373,18	7.831.084,23

Fonte: Sistema WebPublico. Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 11:34:15

Nota: Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/1964.

Marcelo Castro Macedo
Secretário Mún. de Desenv.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
01 - Legislativa	758.341.989,00	760.078.657,30	120.437.256,05	232.891.737,00	100,00	112.308.371,81	188.407.357,05	571.671.300,25
01.031 - Ação Legislativa	24.264.989,00	24.264.989,00	3.216.288,44	9.239.802,37	3,97	3.779.926,70	6.514.689,18	17.750.299,82
03 - Essencial à Justiça	24.264.989,00	24.264.989,00	3.216.288,44	9.239.802,37	3,97	3.779.926,70	6.514.689,18	17.750.299,82
03.091 - Defesa da Ordem Jurídica	15.409.294,00	15.409.294,00	7.692.563,14	9.498.828,66	4,08	7.756.071,90	8.891.828,66	6.517.465,34
03.091.1 - Defesa da Ordem Jurídica	8.909.294,00	8.909.294,00	6.603.185,58	7.372.318,49	3,17	6.666.894,34	6.765.318,49	2.143.975,51
03.122 - Administração Geral	6.500.000,00	6.500.000,00	1.089.377,56	2.126.510,17	0,91	1.089.377,56	2.126.510,17	4.373.489,83
04 - Administração	92.290.538,00	91.955.079,26	12.629.530,88	30.093.573,97	12,92	12.551.499,43	21.436.244,34	70.518.834,92
04.121 - Planejamento e Orçamento	913.074,00	1.559.074,00	442.195,00	443.695,00	0,19	4.650,00	4.650,00	1.554.424,00
04.122 - Administração Geral	82.085.223,00	81.083.764,26	12.184.585,88	23.144.982,71	9,94	11.641.931,20	19.394.129,22	61.689.635,04
04.123 - Administração Financeira	1.652.000,00	1.672.000,00	0,00	502.146,26	0,22	131.804,72	201.707,08	1.470.292,92
04.124 - Controle Interno	44.000,00	44.000,00	2.750,00	2.750,00	0,00	1.750,00	1.750,00	42.250,00
04.131 - Comunicação Social	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
04.331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	7.596.240,00	7.596.240,00	0,00	6.000.000,00	2,58	771.363,51	1.834.008,04	5.762.231,96
06 - Segurança Pública	2.468.720,00	2.724.490,33	536.463,93	1.051.416,70	0,45	496.773,83	853.578,25	1.870.912,08
06.122 - Administração Geral	1.460.000,00	1.460.000,00	300.903,28	565.174,05	0,24	300.903,28	565.174,05	894.825,85
06.181 - Policiamento	968.205,00	1.238.975,33	231.520,95	476.534,40	0,20	186.162,30	278.695,95	960.279,38
06.182 - Defesa Civil	40.515,00	25.515,00	4.039,70	9.708,25	0,00	9.708,25	9.708,25	15.806,75
08 - Assistência Social	18.590.436,00	19.797.510,81	3.405.795,10	7.005.239,76	3,01	3.039.173,86	5.050.436,38	14.747.074,43
08.122 - Administração Geral	7.602.000,00	7.401.198,40	1.550.236,87	2.587.029,11	1,11	1.286.756,19	2.025.626,11	5.375.572,29
08.243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	2.718.971,00	3.976.045,81	865.537,38	1.766.848,58	0,76	768.159,14	1.281.879,26	2.694.166,55
08.244 - Assistência Comunitária	7.831.465,00	7.990.266,60	840.250,43	2.502.591,55	1,07	868.778,11	1.627.450,59	6.362.816,01
08.351 - Ensino Fundamental	430.000,00	430.000,00	148.770,42	148.770,42	0,06	115.480,42	115.480,42	314.519,58
08.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
09 - Previdência Social	41.884.515,00	41.884.515,00	3.921.652,87	7.757.129,46	3,33	3.925.773,57	7.677.268,06	34.207.246,94
09.272 - Previdência de Regime Estatutário	41.884.515,00	41.884.515,00	3.921.652,87	7.757.129,46	3,33	3.925.773,57	7.677.268,06	34.207.246,94
10 - Saúde	124.196.320,00	124.650.598,60	18.127.481,18	39.075.941,51	16,78	17.163.304,56	30.827.656,86	93.822.941,74
10.301 - Atenção Básica	100.358.105,00	101.946.698,60	15.590.240,81	31.583.756,94	13,56	14.102.104,21	25.718.241,99	76.228.456,61
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.537.404,00	3.486.104,00	7.000,00	971.682,07	0,42	679.569,57	679.569,57	2.806.534,43
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	8.202.720,00	8.202.720,00	1.328.789,20	3.445.976,28	1,48	1.129.292,04	1.808.759,36	6.393.960,64
10.304 - Vigilância Sanitária	547.525,00	505.625,00	11.510,00	16.475,00	0,01	16.475,00	16.475,00	489.150,00
10.305 - Vigilância Epidemiológica	11.515.465,00	10.474.450,00	1.189.941,17	3.058.051,22	1,31	1.235.863,74	2.604.610,94	7.869.839,06
10.306 - Alimentação e Nutrição	35.001,00	35.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.001,00
11 - Trabalho	2.260.831,00	1.781.831,00	220.023,00	316.475,30	0,14	217.687,40	313.355,30	1.468.475,70
11.334 - Fomento ao Trabalho	2.190.831,00	1.711.831,00	220.023,00	316.475,30	0,14	217.687,40	313.355,30	1.398.475,70
11.692 - Comercialização	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
12 - Educação	137.191.390,00	137.191.390,00	21.437.856,23	37.820.879,03	16,24	20.225.402,22	32.269.681,27	104.891.708,73
12.122 - Administração Geral	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00

Continua (1/3)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Continuação
R\$ 1.00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
12.361 - Ensino Fundamental	45.488.282,00	46.420.932,41	7.077.654,82	13.340.854,83	5,73	33.080.077,58	7.824.942,49	12.334.233,15	6,55	34.086.699,26
12.365 - Educação Infantil	90.333.857,00	89.396.556,59	14.322.071,41	24.367.181,48	10,46	65.029.375,11	12.359.769,06	19.897.618,41	10,56	69.498.938,18
12.366 - Educação de Jovens e Adultos	1.368.501,00	1.373.151,00	38.130,00	112.842,72	0,05	1.260.308,28	40.690,67	67.829,71	0,04	1.305.321,29
12.367 - Educação de Especial	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00
13 - Cultura	2.607.005,00	2.973.900,00	711.595,14	1.197.563,53	0,51	1.776.336,47	711.595,14	1.192.283,53	0,63	1.781.616,47
13.122 - Administração Geral	1.250.000,00	1.300.000,00	316.490,14	614.732,53	0,26	685.267,47	316.490,14	614.732,53	0,33	685.267,47
13.392 - Difusão Cultural	1.357.005,00	1.673.900,00	395.105,00	582.831,00	0,25	1.061.069,00	395.105,00	577.551,00	0,31	1.096.349,00
14 - Direitos da Cidadania	3.825.564,00	3.851.214,00	522.187,84	902.223,08	0,39	2.948.990,92	549.500,88	879.673,00	0,47	2.971.541,00
14.122 - Administração Geral	2.900.000,00	2.900.000,00	503.617,84	803.205,94	0,34	2.096.794,06	503.617,84	803.205,94	0,43	2.096.794,06
14.422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	925.564,00	951.214,00	18.570,00	99.017,14	0,04	852.196,86	45.883,04	76.467,06	0,04	874.746,94
15 - Urbanismo	175.205.237,00	175.393.176,01	34.912.742,00	63.419.694,87	27,23	111.973.481,14	29.297.897,00	50.675.308,63	26,90	124.717.867,38
15.122 - Administração Geral	22.900.000,00	22.900.000,00	3.384.927,86	6.444.530,12	2,77	16.455.469,88	3.384.927,86	6.444.530,12	3,42	16.455.469,88
15.451 - Infra-Estrutura Urbana	113.740.845,00	113.473.784,01	24.877.273,90	44.033.806,07	18,91	69.439.977,94	19.412.085,59	32.571.941,57	17,29	80.901.942,44
15.452 - Serviços Urbanos	38.041.432,00	38.441.432,00	6.581.940,95	12.843.907,16	5,52	25.597.524,84	6.455.200,09	11.594.721,25	6,15	26.846.710,75
15.453 - Transportes Coletivos Urbanos	492.960,00	547.960,00	68.599,29	97.451,52	0,04	450.508,48	45.883,46	64.115,69	0,03	483.844,31
15.512 - Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
16 - Habitação	2.034.000,00	2.070.000,00	36.044,64	48.243,20	0,02	2.021.756,80	32.506,16	32.506,16	0,02	2.037.493,84
16.451 - Infra-Estrutura Urbana	700.500,00	700.500,00	0,00	0,00	0,00	700.500,00	0,00	0,00	0,00	700.500,00
16.482 - Habitação Urbana	1.333.500,00	1.369.500,00	36.044,64	48.243,20	0,02	1.321.256,80	32.506,16	32.506,16	0,02	1.336.993,84
17 - Saneamento	12.875.664,00	12.875.331,88	1.568.261,57	4.718.214,88	2,03	8.157.117,00	1.699.100,08	3.348.544,07	1,78	9.526.787,81
17.122 - Administração Geral	12.875.664,00	12.875.331,88	1.568.261,57	4.718.214,88	2,03	8.157.117,00	1.699.100,08	3.348.544,07	1,78	9.526.787,81
18 - Gestão Ambiental	23.768.525,00	23.768.525,00	4.109.375,57	7.857.090,63	3,37	15.911.434,37	4.482.783,66	7.050.154,43	3,74	16.718.370,57
18.122 - Administração Geral	4.373.988,00	4.373.988,00	699.886,30	1.472.588,39	0,63	2.901.399,61	765.006,82	1.360.848,66	0,72	3.013.139,34
18.452 - Serviços Urbanos	15.072.461,00	15.072.461,00	3.227.721,24	4.986.130,41	2,14	10.086.330,59	3.227.021,24	4.985.430,41	2,65	10.087.030,59
18.541 - Preservação e Conservação Ambiental	195.000,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00
18.542 - Controle Ambiental	4.127.076,00	4.127.076,00	181.768,03	1.398.371,83	0,60	2.728.704,17	490.755,60	703.875,36	0,37	3.423.200,64
20 - Agricultura	18.877.748,00	18.875.851,53	1.684.370,90	2.631.386,17	1,13	16.244.468,36	1.383.861,33	2.106.964,41	1,12	16.768.887,12
20.122 - Administração Geral	4.500.000,00	4.500.000,00	701.091,70	1.222.800,21	0,53	3.277.199,79	701.091,70	1.222.800,21	0,65	3.277.199,79
20.602 - Promoção da Produção Animal	4.605.677,00	4.605.677,00	0,00	0,00	0,00	4.605.677,00	0,00	0,00	0,00	4.605.677,00
20.605 - Abastecimento	9.772.071,00	9.770.174,53	983.279,20	1.408.585,96	0,60	8.361.588,57	682.769,63	884.164,20	0,47	8.886.010,33
25 - Transporte	13.053.638,00	13.202.867,67	2.373.788,89	3.653.004,55	1,57	9.549.863,12	1.666.335,00	2.735.378,80	1,45	10.467.488,87
25.452 - Serviços Urbanos	11.053.637,00	11.202.866,67	2.373.788,89	3.653.004,55	1,57	7.549.862,12	1.666.335,00	2.735.378,80	1,45	8.467.487,87
26.452 - Transportes Coletivos Urbanos	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
26.453 - Transportes Coletivos Urbanos	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
26.782 - Transporte Rodoviário	6.017.116,00	6.012.634,21	263.008,29	482.044,94	0,21	5.530.589,27	260.952,65	398.821,33	0,21	5.613.812,88
27 - Desporto e Lazer	1.300.000,00	1.300.000,00	209.974,08	337.147,76	0,14	962.852,24	209.974,08	337.147,76	0,16	962.852,24
27.122 - Administração Geral	15.000,00	30.000,00	12.920,00	12.920,00	0,01	17.080,00	12.920,00	12.920,00	0,01	17.080,00

Continua (23)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Continuação
R\$ 1,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
27.812 - Desporto Comunitário	4.702.116,00	4.682.634,21	40.114,21	131.977,18	0,06	4.550.657,03	38.058,57	48.753,57	0,03	4.538.880,64
28 - Encargos Especiais	20.403.760,00	20.403.760,00	3.068.226,44	6.122.984,39	2,63	14.280.775,61	3.068.226,44	6.122.984,39	3,25	14.280.775,61
28.843 - Serviço da Dívida Interna	20.403.760,00	20.403.760,00	3.068.226,44	6.122.984,39	2,63	14.280.775,61	3.068.226,44	6.122.984,39	3,25	14.280.775,61
99 - Reserva de Contingência	21.116.699,00	20.991.699,00	0,00	0,00	0,00	20.991.699,00	0,00	0,00	0,00	20.991.699,00
99.997 - Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS	19.149.699,00	19.149.699,00	0,00	0,00	0,00	19.149.699,00	0,00	0,00	0,00	19.149.699,00
99.999 - Reserva de Contingência	1.967.000,00	1.842.000,00	0,00	0,00	0,00	1.842.000,00	0,00	0,00	0,00	1.842.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	31.992.745,00	32.142.745,00	5.365.886,74	7.969.011,69	100,00	24.173.733,31	5.302.803,00	7.831.371,82	100,00	24.311.373,18
TOTAL (III) = (I + II)	790.334.734,00	792.221.402,30	125.803.142,79	240.860.748,69	100,00	551.360.653,61	117.611.174,81	196.238.728,87	100,00	595.982.673,43

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	31.992.745,00	32.142.745,00	5.365.886,74	7.969.011,69	100,00	24.173.733,31	5.302.803,00	7.831.371,82	100,00	24.311.373,18
01 - Legislativa	769.030,00	769.030,00	130.399,62	239.185,92	3,00	529.844,08	67.271,96	176.058,26	2,25	592.971,74
01.031 - Ação Legislativa	769.030,00	769.030,00	130.399,62	239.185,92	3,00	529.844,08	67.271,96	176.058,26	2,25	592.971,74
04 - Administração	11.300.001,00	11.450.001,00	2.436.012,62	3.060.018,28	38,40	8.389.982,72	2.436.012,62	3.060.018,28	39,07	8.389.982,72
04.122 - Administração Geral	11.300.001,00	11.450.001,00	2.436.012,62	3.060.018,28	38,40	8.389.982,72	2.436.012,62	3.060.018,28	39,07	8.389.982,72
10 - Saúde	7.502.246,00	7.502.246,00	1.443.199,20	2.178.799,60	27,34	5.323.446,40	1.443.199,20	2.178.799,60	27,82	5.323.446,40
10.301 - Atenção Básica	7.343.861,00	7.343.861,00	1.443.199,20	2.178.799,60	27,34	5.165.061,40	1.443.199,20	2.178.799,60	27,82	5.165.061,40
10.305 - Vigilância Epidemiológica	158.385,00	158.385,00	0,00	0,00	0,00	158.385,00	0,00	0,00	0,00	158.385,00
12 - Educação	10.891.250,00	10.891.250,00	1.138.842,08	2.091.008,05	26,24	8.800.241,95	1.138.842,08	2.091.008,05	26,70	8.800.241,95
12.361 - Ensino Fundamental	5.491.700,00	5.491.700,00	553.452,09	932.512,42	11,70	4.559.187,58	553.452,09	932.512,42	11,91	4.559.187,58
12.365 - Educação Infantil	5.399.550,00	5.399.550,00	585.389,99	1.158.495,63	14,54	4.241.054,37	585.389,99	1.158.495,63	14,79	4.241.054,37
13 - Cultura	50.000,00	50.000,00	9.065,26	13.597,89	0,17	36.402,11	9.065,26	13.597,89	0,17	36.402,11
13.122 - Administração Geral	50.000,00	50.000,00	9.065,26	13.597,89	0,17	36.402,11	9.065,26	13.597,89	0,17	36.402,11
17 - Saneamento	1.060.218,00	1.060.218,00	149.262,79	298.250,09	3,74	761.967,91	149.306,71	223.737,88	2,86	836.480,12
17.122 - Administração Geral	1.060.218,00	1.060.218,00	149.262,79	298.250,09	3,74	761.967,91	149.306,71	223.737,88	2,86	836.480,12
26 - Transporte	420.000,00	420.000,00	59.105,17	88.151,86	1,11	331.848,14	59.105,17	88.151,86	1,13	331.848,14
26.452 - Serviços Urbanos	420.000,00	420.000,00	59.105,17	88.151,86	1,11	331.848,14	59.105,17	88.151,86	1,13	331.848,14
TOTAL	31.992.745,00	32.142.745,00	5.365.886,74	7.969.011,69	100,00	24.173.733,31	5.302.803,00	7.831.371,82	100,00	24.311.373,18

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 11:36:23

MARCUS ALEXANDRE
PREFEITO DO RIO BRANCO

MARCELO CASTRO MACÊDO
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Financeiro
Decreto nº 005/2017

TONISMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador
CRC/AC - 001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	MAI/2016	JUN/2016	JUL/2016	AGO/2016	SET/2016	OCT/2016	NOV/2016	DEZ/2016	JAN/2017	FEV/2017	MAR/2017	ABR/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	70.997.413,53	75.099.951,98	65.521.049,99	56.688.432,83	59.094.865,02	55.347.316,68	75.584.540,23	112.221.444,17	62.625.083,37	69.516.334,67	63.444.988,85	67.521.734,28	833.660.285,96	823.585.805,01
Receita Tributária	9.398.700,06	9.300.474,96	8.746.885,89	7.621.112,41	8.728.830,36	6.982.248,90	8.003.773,64	11.245.657,57	6.420.003,65	6.077.119,01	10.241.639,54	14.392.846,47	107.159.294,06	104.324.269,00
IPTU	1.871.356,89	1.683.697,15	1.486.378,12	1.270.620,16	353.660,32	348.443,38	472.622,26	486.731,35	181.881,96	306.837,93	1.537.889,22	8.189.418,41	18.189.537,15	15.416.519,00
ISS	5.279.751,00	5.419.321,70	5.324.276,09	5.052.574,21	5.993.646,26	4.769.772,54	5.209.787,71	7.386.305,59	4.444.555,91	4.592.836,08	5.347.310,73	5.186.332,67	63.996.481,09	65.895.675,00
ITBI	457.877,79	357.331,37	453.878,07	439.540,13	476.266,72	466.331,59	415.887,63	411.593,87	363.867,57	225.938,95	496.691,89	315.694,20	4.880.899,79	4.576.441,00
IRRF	1.620.650,04	1.065.316,01	1.308.413,22	696.816,54	1.776.717,07	1.262.393,90	1.777.415,39	2.811.493,96	614.540,83	709.500,29	2.478.317,68	371.541,51	17.113.460,36	15.533.062,00
Outras Receitas Tributárias	169.063,74	150.898,73	173.940,39	161.559,37	128.540,59	135.317,49	128.050,65	149.186,80	815.157,38	251.999,75	381.429,10	329.861,68	2.978.915,67	3.302.572,00
Receita de Contribuições	2.824.295,83	3.690.249,45	2.020.112,57	1.616.758,74	1.288.809,31	3.133.964,09	2.541.910,18	3.335.839,88	2.121.082,85	2.229.036,72	2.479.617,39	1.953.142,71	29.134.819,72	28.076.124,00
Receita Patrimonial	2.891.370,85	13.610.118,97	4.920.499,84	4.141.390,55	8.204.743,72	866.991,74	1.411.641,96	5.007.730,38	4.631.778,96	6.284.998,92	4.215.435,35	2.222.782,60	58.410.082,84	27.359.841,00
Receita Industrial	3.997.699,60	4.857.217,63	4.205.538,76	1.905.144,02	3.032.222,76	1.655.688,75	2.151.311,96	3.088.054,30	514.711,83	2.198.611,92	2.827.648,31	2.020.957,47	29.799.100,00	40.799.100,00
Receita de Serviços	1.555.369,37	543.041,59	426.707,68	334.755,06	148.051,84	176.342,85	169.091,12	242.873,27	650.385,40	148.829,81	688.980,06	2.805.905,23	7.899.243,08	6.246.151,00
Transferências Correntes	49.149.913,02	42.138.664,43	44.113.147,56	39.950.979,01	35.634.172,74	41.686.016,02	60.077.592,81	88.201.896,05	45.793.250,45	51.641.303,17	41.235.580,95	42.967.123,00	582.599.641,27	602.081.604,01
Cota-Parte do FPM	26.030.295,35	21.505.244,24	23.846.460,32	19.335.688,55	15.723.777,81	19.087.015,30	34.823.990,91	54.338.352,40	20.944.676,36	26.850.515,27	16.823.493,08	20.269.448,82	286.678.965,41	283.751.215,00
Cota-Parte do ICMS	8.918.028,09	8.295.335,71	9.782.184,76	9.182.429,36	7.769.275,46	9.055.740,96	10.153.271,61	10.655.219,52	12.668.152,86	9.379.732,87	10.751.729,43	9.315.380,94	115.936.461,93	113.785.256,00
Cota-Parte do IPVA	2.004.250,71	2.004.252,07	1.977.678,00	2.140.548,47	1.965.758,54	1.198.070,16	944.556,03	759.739,89	1.859.762,45	2.466.299,85	2.694.432,19	2.426.986,64	22.042.335,00	25.501.381,00
Cota-Parte do ITR	6.823,98	1.147,69	716,52	1.119,02	3.405,74	50.681,15	8.548,69	4.426,60	3.019,24	458,03	3.830,27	11.571,53	105.757,46	28.720,00
Transferências da LC 87/1996	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	16.872,54	202.470,48	202.470,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	6.970.222,53	5.900.311,60	4.872.707,42	5.583.776,15	4.758.005,96	5.509.259,73	9.340.036,26	11.051.076,03	7.294.760,60	8.287.841,36	6.020.472,21	6.675.114,24	82.263.983,09	78.301.882,00
Outras Transferências correntes	5.203.415,82	4.415.500,54	3.616.525,00	3.700.544,92	5.777.076,69	6.758.378,18	4.790.316,77	11.276.208,77	3.016.903,44	4.639.583,25	4.924.751,23	4.251.762,29	62.370.067,90	100.510.677,01
Outras Receitas Correntes	1.179.464,80	1.063.284,94	1.088.157,68	1.108.293,04	2.058.054,49	845.092,33	1.230.308,56	1.089.382,72	2.493.370,19	935.435,12	1.746.087,03	1.148.976,80	15.991.417,71	14.486.716,00
DEDUÇÕES (II)	9.158.003,92	7.948.154,04	6.307.756,43	6.863.193,15	6.308.065,41	7.083.172,42	10.675.520,43	12.950.484,80	8.073.745,87	8.834.887,95	7.623.144,30	7.286.647,35	99.212.776,07	95.862.362,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	1.761.848,07	1.583.182,01	833.487,92	727.388,53	1.287.730,07	1.198.950,38	1.485.501,07	2.242.016,81	976.553,85	1.191.348,71	1.564.471,73	877.872,57	15.730.351,72	14.726.992,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	7.396.155,85	6.364.972,03	5.474.268,51	6.135.804,62	5.020.335,34	5.884.222,04	9.190.019,36	10.708.467,99	7.097.192,02	7.743.539,24	6.058.672,57	6.408.774,78	83.482.424,35	81.135.370,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	61.839.409,61	67.149.897,94	59.213.293,56	49.825.239,68	52.786.820,21	48.264.144,26	64.909.019,80	99.270.959,37	54.551.337,50	60.580.446,72	55.821.854,33	60.235.086,93	734.447.909,92	727.723.443,01

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 11:41:02



MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcelo Castro Macedo
Secretário/Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	31.762.586,00	31.762.586,00	17.965.052,39	17.016.688,06
Recarga de Contribuições dos Segurados	31.762.586,00	31.762.586,00	17.965.052,39	17.016.688,06
Pessoal Civil	14.549.044,00	14.549.044,00	4.550.107,07	3.453.858,46
Ativo	14.549.044,00	14.549.044,00	4.550.107,07	3.453.858,46
Inativo	14.168.431,00	14.168.431,00	4.439.181,80	3.362.991,04
Pensionista	320.713,00	320.713,00	94.914,40	78.095,22
Pessoal Militar	59.900,00	59.900,00	16.010,87	12.771,20
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	177.948,00	177.948,00	60.139,79	49.553,29
Recarga Patrimonial	16.516.594,00	16.516.594,00	13.331.693,80	13.513.194,95
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	16.516.594,00	16.516.594,00	13.331.693,80	13.513.194,95
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	519.000,00	519.000,00	23.111,73	81,36
Demais Receitas Correntes	519.000,00	519.000,00	23.111,73	81,36
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	29.271.628,00	29.271.628,00	10.061.962,50	8.213.449,54
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	61.034.214,00	61.034.214,00	28.027.014,89	25.230.137,60

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)						
ADMINISTRAÇÃO	40.291.102,00	40.291.102,00	7.757.129,46	6.312.184,57	7.677.288,06	6.152.485,54
Despesas Correntes	2.805.000,00	2.805.000,00	576.870,72	636.771,28	497.009,32	477.072,25
Despesas de Capital	2.255.000,00	2.255.000,00	576.870,72	636.771,28	497.009,32	477.072,25
550.000,00	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	37.486.102,00	37.486.102,00	7.180.258,74	5.675.413,29	7.180.258,74	5.675.413,29
Pessoal Civil	37.486.102,00	37.486.102,00	7.180.258,74	5.675.413,29	7.180.258,74	5.675.413,29
Aposentadorias	33.041.954,00	33.041.954,00	6.386.419,52	4.943.641,13	6.386.419,52	4.943.641,13
Pensões	4.444.148,00	4.444.148,00	791.839,22	731.772,16	791.839,22	731.772,16
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Continua (1/3)

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

Continuação
R\$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	40.291.102,00	40.291.102,00	7.757.129,46	6.312.184,57	7.677.268,06	6.152.485,54
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	20.743.112,00	20.743.112,00	—	—	20.348.746,83	19.077.652,06

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	963.880,00
Plano Financeiro	963.880,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	963.880,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

VALOR	20.743.112,00
-------	---------------

BENS E DIREITOS DO RPPS

PERÍODO DE REFERÊNCIA

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
CAIXA	0,00	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	303.595.870,23	247.854.295,79	303.595.870,23	247.854.295,79
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS

RECEITAS REALIZADAS

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Até o Bimestre / 2017		Até o Bimestre / 2016	
			2017	2016	2017	2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)	29.271.628,00	29.271.628,00	29.271.628,00	29.271.628,00	10.061.962,50	8.213.449,54
Receita de Contribuições	29.271.628,00	29.271.628,00	29.271.628,00	29.271.628,00	10.061.962,50	8.213.449,54
Patronal	25.840.626,00	25.840.626,00	25.840.626,00	25.840.626,00	8.942.835,15	7.462.412,48
Pessoal Civil	25.840.626,00	25.840.626,00	25.840.626,00	25.840.626,00	8.942.835,15	7.462.412,48

Continua (2/3)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, art. 53, inciso II)

Continuação
R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Ativo	25.840.626,00	25.840.626,00	8.942.835,15	7.462.412,48
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial Em Regime de Débitos e Parcelamentos	3.431.002,00	3.431.002,00	1.119.127,35	751.037,06
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX)	29.271.628,00	29.271.628,00	10.061.962,50	8.213.449,54

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 11:43:21

MARCELO ALEXANDRE
RIO BRANCO

Marcelo Casanova Macedo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1





MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016 (a)	Em 28/Fev/2017 (b)	Em 30/Abr/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	208.267.480,51	205.765.201,25	197.606.825,00
DEDUÇÕES (II)	78.830.785,23	100.959.055,80	101.451.608,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	87.975.116,03	102.468.705,00	101.788.667,81
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-9.144.530,80	-1.509.649,20	-337.059,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	129.436.695,28	104.806.145,45	96.155.216,77
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	24.786.258,35	23.500.918,56	21.557.721,09
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	104.650.436,93	81.305.226,89	74.597.495,68

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-6.707.731,21	-30.052.941,25

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	15.401.374,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016	Em 28/Fev/2017	Em 30/Abr/2017
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	353.705.253,87	353.705.253,87	353.705.253,87
Passivo Atuarial	353.705.253,87	353.705.253,87	353.705.253,87
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	282.397.421,42	295.194.487,24	303.595.870,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	282.397.421,42	295.194.487,24	303.595.870,23
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	71.307.832,45	58.510.766,63	50.109.383,64
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	71.307.832,45	58.510.766,63	50.109.383,64

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 14:39:49

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcelo Castro Macêdo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/C-1

Município de Rio Branco - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	745.010.250,01	228.787.174,21	219.175.443,54
Receita Tributária	104.524.269,00	37.131.609,67	37.979.602,72
IPTU	15.416.519,00	10.216.027,52	8.807.853,47
ISS	65.695.675,00	19.561.035,39	20.762.884,78
ITBI	4.576.441,00	1.402.192,62	1.320.868,23
IRRF	15.533.062,00	4.173.906,23	4.687.868,72
Outras Receitas Tributáveis	3.302.572,00	1.778.447,91	2.400.127,52
Receita de Contribuição	57.349.752,00	18.854.842,17	15.092.412,48
Receita Previdenciária	43.998.620,00	14.672.209,36	11.716.861,29
Outras Receitas de Contribuições	13.351.132,00	4.182.632,81	3.375.551,19
Receita Patrimonial Líquida	648.028,00	281.234,20	395.813,59
Receita Patrimonial	27.359.841,00	17.354.994,83	16.926.684,05
(-) Aplicações Financeiras	-26.711.813,00	-17.073.760,63	-16.530.870,46
Transferências Correntes	520.946.234,01	154.329.079,00	148.232.859,57
FPM	230.525.876,00	67.910.509,30	67.844.781,87
ICMS	91.028.205,00	33.683.980,94	30.846.258,16
Convênios	48.585.896,00	3.299.731,50	2.521.390,55
Outras Transferências Correntes	150.806.257,01	49.434.857,26	47.020.428,99
Demais Receitas Correntes	61.541.967,00	18.190.409,17	17.474.755,18
Dívida Alínea	11.381.110,00	5.300.102,27	3.871.861,79
Diversas Receitas Correntes	50.160.857,00	12.890.306,90	13.602.893,39
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18.948.318,00	4.308.527,41	13.768.204,32
Operações de Crédito (III)	9.192.055,00	1.906.281,49	3.528.140,47
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.756.263,00	2.402.245,92	10.240.063,85
Convênios	4.371.553,00	1.809.314,92	9.853.197,19
Outras Transferências de Capital	5.384.710,00	592.931,00	386.866,66
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.756.263,00	2.402.245,92	10.240.063,85
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (VII) = (I + VI)	754.766.513,01	231.189.420,13	229.415.507,39

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	672.120.270,86	220.895.372,01	221.197.915,48	179.798.912,29	183.612.555,49
Pessoal e Encargos Sociais	391.738.675,30	107.860.064,72	105.848.716,86	107.102.767,83	102.773.878,14
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.030.443,00	3.477.340,71	2.895.928,52	3.076.548,03	2.895.928,52
Outras Despesas Correntes	270.351.152,56	109.558.966,58	112.453.270,10	69.619.596,43	77.942.746,83
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	662.089.827,86	217.419.031,30	218.301.986,96	176.722.364,26	180.716.626,97



Município de Rio Branco - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	97.516.019,44	19.964.376,68	23.015.884,96	16.439.816,58	19.517.686,72
Investimentos	78.063.231,01	12.218.608,13	18.242.335,38	9.477.953,31	14.744.137,14
Inversões Financeiras	83.158,00	78.058,00	0,00	78.058,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integraliza do (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	83.158,00	78.058,00	0,00	78.058,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	19.369.630,43	7.667.710,55	4.773.549,58	6.883.805,27	4.773.549,58
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	78.146.389,01	12.296.666,13	18.242.335,38	9.556.011,31	14.744.137,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.842.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	20.743.112,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	762.821.328,87	229.715.697,43	236.544.322,34	186.278.375,57	195.460.764,11
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-8.054.815,86	0,00	0,00	44.911.044,56	33.954.743,28
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE
16.187.655,00

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA
Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 14:48:20

Francis Alexandre
FRANCIS ALEXANDRE
Go de Rio

Marcelo Casado Macedo
Marcelo Casado Macedo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	7.030.104,77	6.796.685,49	0,00	233.419,28	0,00	18.899.556,15	13.480.802,59	15.975,51	5.402.787,05
EXECUTIVO	0,00	7.030.104,77	6.796.685,49	0,00	233.419,28	0,00	18.860.177,24	13.447.624,68	15.975,51	5.396.577,05
Secretaria Municipal da Casa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.805.601,43	263.158,57	0,00	1.542.442,86
Procuradoria Geral do Município - PROJURI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas - SEAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.573,72	115.178,02	0,00	385,70
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Finanças - SEFIN	0,00	3.053.685,79	3.051.715,65	0,00	1.970,14	0,00	810.109,58	762.716,72	15.975,51	31.417,35
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.069.378,88	3.374.042,76	0,00	1.695.336,12
Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEOP	0,00	1.191.884,32	1.191.192,75	0,00	691,57	0,00	7.688.947,90	5.951.792,46	0,00	1.737.155,44
Secretaria Municipal de Educação - SEME	0,00	391.390,00	170.832,04	0,00	220.557,96	0,00	1.151.571,20	856.038,14	0,00	295.533,06
Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta - SAFRA	0,00	2.377.192,19	2.377.014,80	0,00	177,39	0,00	93.743,70	93.742,97	0,00	0,73
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.803.633,64	1.778.470,30	0,00	25.163,34
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEIA	0,00	3.358,35	3.358,35	0,00	0,00	0,00	137.547,39	97.547,39	0,00	40.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana - SMDGU	0,00	5.426,00	0,00	0,00	5.426,00	0,00	1.902,00	0,00	0,00	1.902,00
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afimativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMEL	0,00	6.715,22	2.122,00	0,00	4.593,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4.593,22
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social - SEMCAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.230,45	0,00	0,00	27.230,45
Secretaria Municipal de Articulação Comunitária e Social - SEMACS	0,00	449,90	449,90	0,00	0,00	0,00	94.937,35	94.937,35	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	3,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
Câmara Municipal de Rio Branco - CMRB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.387,91	33.177,91	0,00	6.210,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.387,91	33.177,91	0,00	6.210,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	2.114.226,03	2.010.585,73	0,00	103.640,30	0,00	294.283,00	194.932,18	0,00	99.350,82
	0,00	9.144.330,80	8.807.271,22	0,00	337.059,58	0,00	19.193.848,15	13.675.734,77	15.975,51	5.502.137,87
										5.839.197,45

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 14:57:50

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcos Castro Macedo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Jonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/D-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	110.400.688,00	110.400.688,00	39.725.722,28	35,98
1.1- Receita Resultante do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	21.505.242,00	21.505.242,00	12.458.397,46	57,93
1.1.1- IPTU	15.416.519,00	15.416.519,00	10.216.027,52	66,27
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	78.721,00	78.721,00	13.531,45	17,19
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.976.854,00	3.976.854,00	1.456.476,70	36,62
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.033.148,00	2.033.148,00	772.351,79	37,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita de IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.614.804,00	4.614.804,00	1.417.748,24	30,72
1.2.1- ITBI	4.576.441,00	4.576.441,00	1.402.192,62	30,64
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	30.932,00	30.932,00	10.925,72	35,32
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	5.474,00	5.474,00	3.438,26	62,81
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.957,00	1.957,00	1.191,64	60,89
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	68.747.580,00	68.747.580,00	21.675.670,36	31,53
1.3.1- ISS	65.695.675,00	65.695.675,00	19.561.035,39	29,78
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	498.844,00	498.844,00	87.628,22	17,57
1.3.3- Dívida Ativa de ISS	2.553.061,00	2.553.061,00	1.456.488,57	57,05
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa de ISS	0,00	0,00	570.518,18	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	15.533.062,00	15.533.062,00	4.173.906,23	26,87
1.4.1- IRRF	15.533.062,00	15.533.062,00	4.173.906,23	26,87
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	423.301.377,00	423.301.377,00	136.540.903,44	32,26
2.1- Cota-Parte FPM	283.751.215,00	283.751.215,00	84.888.136,53	29,92
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	266.126.694,00	266.126.694,00	84.888.136,53	31,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	9.782.362,00	9.782.362,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	7.842.159,00	7.842.159,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	113.785.256,00	113.785.256,00	42.104.976,10	37,00
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	202.470,00	202.470,00	67.490,16	33,33
2.4- Cota-Parte IPI Exportação	32.332,00	32.332,00	13.934,45	43,10
2.5- Cota-Parte ITR	28.723,00	28.723,00	18.885,07	65,75

Continua (15)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Continuação
R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2.6- Cota-Parte IPVA	25.501.381,00	25.501.381,00	9.447.481,13	37,05
2.7- Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS(1 + 2)	533.702.065,00	533.702.065,00	176.266.625,73	33,03

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	8.859.463,00	8.859.463,00	1.156.348,25	13,05
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.102.437,00	1.102.437,00	481.996,30	43,72
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1,00	1,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.156.614,00	1.156.614,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.447,00	80.447,00	14.162,00	17,60
5.5- Outras Transferências do FNDE	3.157.597,00	3.157.597,00	278.016,56	8,80
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.362.367,00	3.362.367,00	382.173,39	11,37
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.969.195,00	1.969.195,00	13.605,90	0,69
6.1- Transferências de Convênios	1.969.195,00	1.969.195,00	13.605,90	0,69
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	10.828.658,00	10.828.658,00	1.169.954,15	10,80

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	81.135.370,00	81.135.370,00	27.308.178,61	33,66
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	53.225.339,00	53.225.339,00	16.977.627,23	31,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	22.757.051,00	22.757.051,00	8.420.995,16	37,00
10.3- ICMS Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	40.494,00	40.494,00	13.498,00	33,33
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	6.466,00	6.466,00	2.766,86	43,10
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Anequados Destinados ao FUNDEB - (20% de 1.5 + 2.5))	5.744,00	5.744,00	3.776,97	65,76
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	5.100.276,00	5.100.276,00	1.889.494,39	37,05
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	78.501.882,00	78.501.882,00	28.462.289,76	36,26
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	78.501.882,00	78.501.882,00	28.462.289,76	36,11
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	200.000,00	200.000,00	184.101,35	92,05
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-2.833.488,00	-2.833.488,00	970.009,80	-34,23

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12)>0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12)<0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Continua (25)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Continuação
R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO						
13.1- Com Educação Infantil	58.094.657,00	54.394.657,00	12.014.518,09	22,09	11.960.664,13	21,99
13.2- Com Ensino Fundamental	25.875.593,00	25.875.593,00	5.145.980,27	19,89	5.126.081,64	19,81
14- OUTRAS DESPESAS	32.219.064,00	28.519.064,00	6.867.537,82	24,08	6.834.582,49	23,96
14.1- Com Educação Infantil	20.407.225,00	24.107.225,00	7.163.632,27	29,72	7.161.587,85	29,71
14.2- Com Ensino Fundamental	9.690.400,00	9.690.400,00	2.447.425,72	25,26	2.447.053,46	25,25
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	10.716.825,00	14.416.825,00	4.716.206,55	32,71	4.714.534,39	32,70
	78.501.882,00	78.501.882,00	19.178.150,36	24,43	19.122.251,98	24,36

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		
17.1- FUNDEB 60%		0,00
17.2- FUNDEB 40%		0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		0,00

INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		19.178.150,36
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13-(16.1 + 17.1) / (11) x 100) %		42,02
19.2- Máximo de 40% em Desp. c/ MDE, que não Remuneração do Magistério(14-(16.2+17.2)/(11)x100)%		25,16
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		32,82

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		149.336,63
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015²		0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3)¹	133.425.516,25	133.425.516,25	44.066.656,43	33,03
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	86.946.200,00	86.310.449,59	23.250.950,41	26,94
23.1- Creche	14.741.694,00	16.818.943,59	4.803.534,59	28,56
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.775.593,00	12.775.593,00	1.854.911,39	14,52
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.966.101,00	4.043.350,59	2.948.623,20	72,93
23.2- Pré-escola	72.204.506,00	69.491.506,00	18.447.415,82	26,55
			16.504.021,92	23,75

Continua (35)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72) Continuação R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	22.790.400,00	22.790.400,00	5.739.494,60	25,18	5.721.952,19	25,11
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	49.414.106,00	46.701.106,00	12.707.921,22	27,21	10.782.069,73	23,09
24- ENSINO FUNDAMENTAL	47.358.331,00	47.391.081,41	13.153.136,86	27,75	13.062.640,09	27,56
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	42.935.889,00	42.935.889,00	11.583.744,37	26,98	11.549.116,88	26,90
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.422.442,00	4.455.192,41	1.569.392,51	35,23	1.513.523,21	33,97
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	2.003.251,00	2.606.251,00	1.246.820,11	47,84	323.498,72	12,41
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	136.307.782,00	136.307.782,00	37.650.907,40	27,62	33.123.565,11	24,30

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12)		970.003,80
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIM. (50h)		184.101,35
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB		0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERC. ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO		0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)		0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PF FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)		1.154.111,15
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24)-(37))		31.645.955,24
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38)/(31 x 100) %)		17,95

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESP. CUSTEADAS APLICAÇÃO FINANC. DE OUTROS REC. IMPOSTO VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.550.000,00	1.350.000,00	379.624,62	28,12	379.624,62	28,12
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	600.000,00	179.675,07	29,95	138.141,02	23,02
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	9.824.858,00	9.824.858,00	1.701.679,99	17,32	749.358,57	7,63
44- TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS RECEITAS ADIC. PARA FINANC. DO ENSINO (40+41+42+43)	11.774.858,00	11.774.858,00	2.260.979,68	19,20	1.267.124,21	10,76
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	148.082.640,00	148.082.640,00	39.311.887,08	26,59	34.390.689,32	23,22

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADOS EM 2017 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

Continua (4/5)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)	FLUXO FINANCEIRO DE RECURSOS DO FUNDEB	VALOR	Continuação R\$ 1,00
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.428.747,42	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		28.278.188,41	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		21.401.662,77	
49.1- Orçamento do Exercício		19.164.754,16	
49.2- Restos a Pagar		2.236.908,61	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		184.101,35	
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		9.489.374,41	

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 15:06:51

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, §2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcelo Castro Macêdo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tônissmar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	110.400.688,00	110.400.688,00	39.725.722,29	35,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	15.416.519,00	15.416.519,00	10.216.027,52	66,27
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	4.576.441,00	4.576.441,00	1.402.192,62	30,64
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	65.695.675,00	65.695.675,00	19.561.035,39	29,78
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	15.533.062,00	15.533.062,00	4.173.906,23	26,88
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	608.497,00	608.497,00	112.085,39	18,43
Dívida Ativa dos Impostos	6.535.389,00	6.535.389,00	2.916.403,53	44,63
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.035.105,00	2.035.105,00	1.344.071,61	66,05
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	405.676.856,00	405.676.856,00	136.540.903,44	33,66
Cota-Parte FPM	266.126.694,00	266.126.694,00	84.888.136,53	31,90
Cota-Parte ITR	28.723,00	28.723,00	18.885,07	65,75
Cota-Parte IPVA	25.501.381,00	25.501.381,00	9.447.481,13	37,05
Cota-Parte ICMS	113.785.256,00	113.785.256,00	42.104.976,10	37,10
Cota-Parte IPI-Exportação	32.332,00	32.332,00	13.934,45	43,10
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	202.470,00	202.470,00	67.490,16	33,34
Desoneração ICMS (LC 87/96)	202.470,00	202.470,00	67.490,16	33,34
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	516.077.544,00	516.077.544,00	176.266.625,73	34,16

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	42.486.986,00	42.486.986,00	11.077.432,91	26,08
Provenientes da União	41.853.003,00	41.853.003,00	11.077.432,91	26,47
Provenientes dos Estados	633.983,00	633.983,00	0,00	0,00
Proveniente dos Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	1.470.453,00	1.470.453,00	1.000.000,00	69,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADO À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.490.013,00	2.490.013,00	575.452,75	23,12
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	46.447.452,00	46.447.452,00	12.652.885,66	27,25

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	117.678.507,00	118.076.785,60	39.745.787,17	33,66	32.446.589,72	27,48
Pessoal e Encargos Sociais	69.345.518,00	69.345.518,00	22.881.502,63	33,00	22.881.502,63	33,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/3)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 12 (ADCT, art. 77)

Continuação
R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
Outras Despesas Correntes	48.332.989,00	48.731.267,60	16.864.284,54	34,61	9.565.087,09	19,63
DESPESAS DE CAPITAL	14.020.059,00	14.076.059,00	1.508.953,94	10,72	559.866,74	3,98
Investimentos	14.020.059,00	14.076.059,00	1.508.953,94	10,72	559.866,74	3,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	131.698.566,00	132.152.844,60	41.254.741,11	31,22	33.006.456,46	24,98

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h / IVf) x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	44.616.172,00	45.009.637,54	12.083.314,04	26,29	9.979.412,64	30,23
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	44.515.172,00	44.908.637,54	12.083.314,04	29,29	9.979.412,64	30,23
Recursos de Operações de Crédito	101.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	1.470.454,00	1.531.267,06	60.813,06	0,15	60.813,06	0,18
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. C/ REC. VINC. À PARC. DO PERC. MÍN. Q NÃO FOI APLIC. EM AÇÕES E SERV. SAÚDE EM EXERC. ANT³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	46.086.626,00	46.540.904,60	12.144.127,10	29,44	10.040.225,70	30,42

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	85.611.940,00	85.611.940,00	29.110.614,01	70,56	22.966.230,76	69,58
--	----------------------	----------------------	----------------------	--------------	----------------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb) x 100 - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%***						13,03
--	--	--	--	--	--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]*						-3.473.763,10
---	--	--	--	--	--	---------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS / PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	4.729.352,85	0,00	3.299.512,33	1.429.840,52	3.738.899,24
Inscritos em 2014	4.096.403,60	630.480,57	3.466.923,03	0,00	1.900.971,36
Inscritos em 2013	4.698.871,51	783.390,63	3.914.890,88	0,00	2.978.368,02
Inscritos em 2012	4.305.150,23	174.839,24	4.156.198,14	0,00	2.563.335,03
Total	17.829.778,19	1.589.300,44	14.836.524,38	1.429.840,52	11.171.573,65

Continua (2/2)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL - 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 12 (ADCT, art. 77)

Continuação
R\$ 1,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	295.160,86	295.160,86
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	13.312,65	13.312,65
Total (VII)	308.473,51	308.473,51
		Saldo Final (Não Aplicado)
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00
		Saldo Final (Não Aplicado)
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00
		0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	107.701.966,00	109.290.559,60	33.762.556,54	81,84	27.897.041,59	84,52
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.537.404,00	3.486.104,00	971.682,07	2,36	679.569,57	2,06
Suporte Profilático e Terapêutico	8.202.720,00	8.202.720,00	3.445.976,28	8,35	1.808.759,36	5,48
Vigilância Sanitária	547.625,00	505.625,00	16.475,00	0,04	16.475,00	0,05
Vigilância Epidemiológica	11.673.850,00	10.632.835,00	3.058.051,22	7,41	2.604.610,94	7,89
Alimentação e Nutrição	35.001,00	35.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	131.698.566,00	132.152.844,60	41.254.741,11	100,00	33.006.456,46	100,00

Fonte: Sistema WebPúblico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 15:11:28

- * Essa linha representará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- * O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- * O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- * Limite anual mínimo a ser cumprido com o encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
- * Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- * No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15xlb)/100$
- * Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Marcelo Castro Macedo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/D-1



Município de Rio Branco - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRIAS PÚBLICAS PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL													R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017				SALDO TOTAL (c) = (a + b)							
		Até o Bimestre (b)		2025	2026								
		No Bimestre											
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
DESPESAS DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Das Entidades Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	727.248.237,15	734.447.509,92	0,00	0,00	0,00	0,00							
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							

Fonte: Sistema WebPublico, Data de emissão 18/05/2017 e hora de emissão 15:15:32

MARCUS ALEXANDRE
Prefeito de Rio Branco

Martelo Castro Macedo
Secretário Mun. de Desen.
Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

Tonismar José de Oliveira
Contador
CRC/AC - 001640/0-1



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial				790.334.734,00
Previsão Atualizada				790.670.381,01
Receitas Realizadas				250.169.462,25
Deficit Orçamentário				0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados p/ Créditos Adicionais)				1.551.021,29
DESPESAS				
Dotação Inicial				790.334.734,00
Créditos Adicionais				1.886.668,30
Dotação Atualizada				792.221.402,30
Despesas Empenhadas				240.860.748,69
Despesas Liquidadas				196.238.728,87
Despesas Pagas				195.818.814,04
Superavit Orçamentário				53.930.733,38
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas				240.860.748,69
Despesas Liquidadas				196.238.728,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida				734.447.509,92
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social				0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)				0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)				0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				28.027.014,89
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)				7.677.268,06
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)				20.349.746,83
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO				
Resultado Nominal				-195,13
Resultado Primário				277,44
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
Inscrição				
9.144.330,80				337.059,58
0,00				0,00
0,00				0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo				0,00
Poder Legislativo				0,00
Poder Judiciário				0,00

Continua (112)



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - AC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2017 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Continuação
R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					
Poder Executivo		19.154.460,24	15.975,51	13.642.556,86	5.495.927,87
Poder Legislativo		39.387,91	0,00	33.177,91	6.210,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		28.338.178,95	15.975,51	22.483.005,99	5.839.197,45

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		31.645.955,24	25,00	17,95
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		11.980.864,13	60,00	42,02

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS CAPITAL		Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operação de Crédito		1.906.281,49	7.285.773,51
Despesa de Capital Líquida		19.984.376,68	77.551.642,76

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral da Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA SAÚDE		Valor apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		22.968.230,76	15,00	13,03

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)		0,00

Fonte: Sistema WebPublico. Data de emissão: 19/05/2017 e hora de emissão: 15:24:40



MARCELO CASTRO MACÊDO
Secretário Mun. de Desenv. Econômico e Finanças
Decreto nº 005/2017

MARCELO CASTRO MACÊDO
Contador
CRC/AC - 001640/0-1



PARECER Nº: 181/2017

ASSUNTO: Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre e Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2017

INTERESSADAS: Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017. ART. 165,
§ 3º, DA CONSTITUIÇÃO. ARTS. 52 E
53 DA LEI DE RESPONSABILIDADE
FISCAL. RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 2º
BIMESTRE DE 2017. ARTS. 54 E 55 DA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.
CUMPRIMENTO. APROVAÇÃO.
AUDIÊNCIA PÚBLICA.**

I - RELATÓRIO

Trata-se de parecer jurídico em face do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2017, apresentados pelo Chefe do Executivo.

É o necessário a relatar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2017

A obrigatoriedade de apresentação do Relatório Bimestral de Prestação de Contas decorre do art. 165, § 3º, da Constituição, que assim dispõe:

Art. 165. § 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

O principal objetivo da apresentação desse relatório é possibilitar o acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária do Poder Público, concretizando o princípio da publicidade estabelecido no art. 37, *caput*, da Constituição.





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA GERAL



PARECER Nº: 181/2017

ASSUNTO: Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre e Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2017

INTERESSADAS: Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO
1º QUADRIMESTRE DE 2017. ART. 165,
§ 3º, DA CONSTITUIÇÃO. ARTS. 52 E
53 DA LEI DE RESPONSABILIDADE
FISCAL. RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 2º
BIMESTRE DE 2017. ARTS. 54 E 55 DA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.
CUMPRIMENTO. APROVAÇÃO.
AUDIÊNCIA PÚBLICA.**

I - RELATÓRIO

Trata-se de parecer jurídico em face do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2017, apresentados pelo Chefe do Executivo.

É o necessário a relatar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2017

A obrigatoriedade de apresentação do Relatório Bimestral de Prestação de Contas decorre do art. 165, § 3º, da Constituição, que assim dispõe:

Art. 165. § 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

O principal objetivo da apresentação desse relatório é possibilitar o acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária do Poder Público, concretizando o princípio da publicidade estabelecido no art. 37, *caput*, da Constituição.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA GERAL



Os arts. 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal regulamentam o Relatório Resumido da Execução Orçamentária:

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA GERAL



§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

No caso, o Prefeito efetivou a publicação da RREO do 2º bimestre deste exercício no prazo legal, consoante se vê no Ofício nº 325/GAPRE/2017.

Além disso, estão encartados no relatório: 1. Balanço orçamentário (fls. 09/11); 2. Demonstrativo da execução das despesas por função e subfunção (fls. 12/14); 3. Demonstrativo da receita corrente líquida (fl. 15); 4. Demonstrativo das receitas e despesas do regime próprio de previdência dos servidores (fls. 16/18); 5. Demonstrativo do resultado nominal (fl. 19); 6. Demonstrativo do resultado primário (fls. 20/21); 6. Demonstrativo dos restos a pagar por Poder e órgão (fl. 22); 7. Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (fls. 23/27); 8. Demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde (fls. 28/30); 9. Demonstrativo das parcerias público-privadas (fl. 31); 10. Demonstrativo simplificado do relatório resumido da execução orçamentária (fls. 32/33).

2. Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2017

A obrigatoriedade de apresentação do Relatório Quadrimestral de Gestão Fiscal decorre dos arts. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõem:

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I - Chefe do Poder Executivo;



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA GERAL



II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA GERAL



c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

O escopo da apresentação desse relatório é possibilitar o acompanhamento e fiscalização da gestão fiscal, em consonância com os princípios da publicidade e da transparência (art. 37, *caput*, da Constituição).

Na situação examinada, o Prefeito publicou o Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre deste exercício no prazo legal, conforme se vê no Ofício nº 325/GAPRE/2017.

Além dos documentos mencionados quando da análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentário, constam do relatório: 1. Demonstrativo da despesa com pessoal (fl. 04); 2. Demonstrativo da dívida consolidada líquida (fl. 05); 3. Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores (fl. 06); 4. Demonstrativo das operações de crédito (fl. 07); 5. Demonstrativo simplificado do relatório de gestão fiscal (fl. 08).

Como se nota, o Executivo cumpriu suas responsabilidades concernentes à transparência fiscal, razão pela qual se recomenda a aprovação dos relatórios em comento e sua disponibilização a todos os vereadores que queiram analisá-los.

Vale destacar que a Lei municipal n. 1.520/2004 estabelece a necessidade de designar audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Na oportunidade, o Poder Executivo apresentará dados relativos à situação econômica e financeira do Município, demonstrando o cumprimento regular da receita, os custos de manutenção da Administração Pública Municipal especificada por natureza de despesa realizada, bem como os valores disponíveis para investimento e/ou geração de despesas. Colaciono os seguintes dispositivos:

Art. 1º As Audiências Públicas, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, como



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA GERAL



instrumento de transparência da gestão fiscal no Município de Rio Branco, a que se refere o § 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, serão realizadas na última sexta-feira dos meses de maio, setembro e fevereiro, nas Sessões Ordinárias da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

Parágrafo Único - Para aplicação da disposição do presente artigo, quando a última sexta-feira dos meses citados recair em dia sem expediente normal na Câmara Municipal de Rio Branco, a audiência será realizada no 1º dia útil subsequente.

Art. 2º As Audiências Públicas serão coordenadas pelo Chefe do Poder Legislativo e demais autoridades municipais por ele designadas, em conjunto com a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal.

Art. 3º O Poder Executivo, na Audiência Pública, apresentará dados relativos à situação econômica e financeira do Município, o cumprimento regular da receita, os custos de manutenção da Administração Pública Municipal especificada por natureza de despesa realizada, bem como os valores disponíveis para investimento e/ou geração de despesas.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria opina pela aprovação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º Bimestre de 2017 e do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2017.

Recomenda-se ainda a disponibilização dos referidos relatórios a todos os vereadores que desejem analisá-los e a designação de audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2017, nos termos da Lei municipal n. 1.520/2004.

É o parecer.

Rio Branco-Acre, 9 de junho de 2017.

Renan Braga e Braga
Procurador



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596
Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: camara@riobranco.ac.leg.br



PARECER CONJUNTO Nº 22/2017

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL** e **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO** sobre o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 2º Bimestre e Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre do Exercício Orçamentário e Financeiro de 2017.

Autoria: Executivo Municipal

Relator: Vereador Eduardo Farias – CCJ

Vereador Rodrigo Forneck - COFT

I – RELATÓRIO:

Trata-se de parecer sobre os seguintes relatórios encaminhados através do Ofício nº 325/GAPRE/2017, pelo chefe do executivo municipal, são eles:

I – Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º Quadrimestre de 2017 (p. 04/08);

II – Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 2º Bimestre de 2017 (p. 09/33);

Tais documentos, devidamente publicados no Diário Eletrônico de Contas, foram remetidos a esta Casa Legislativa em atendimento ao disposto nos artigos 52 a 55 da Lei Complementar nº 101/00 e no art. 1º da Resolução TCE nº 61/2007, alterada pela Resolução nº 89/2014.

É o necessário a relatar.

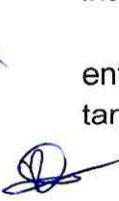
II – ANÁLISE

Inicialmente, destaco que o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO** é um demonstrativo exigido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A obrigação de elaborar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO decorre da imposição do art. 165, § 3º, da Constituição Federal, ao determinar que o Poder Executivo publique, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Com efeito, até a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) poucos eram os municípios que cumpriam essa determinação constitucional. Aqueles que elaboravam o relatório o faziam de forma deficitária, ou seja, com informações superficiais e difíceis de serem interpretadas.

A partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, todos os entes deveriam passar a elaborar e a divulgar o RREO, haja vista ser essa, também, uma exigência constante dos Tribunais de Contas.


Célio Gadelha
Vereador

"Valorize a vida, não use drogas"


Roberto Duarte
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596
Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: camara@riobranco.ac.leg.br



É sabido que um dos princípios basilares da Administração pública é o da transparência dos seus atos, a qual ganhou amplitude com o advento da denominada Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), vigente a partir de maio de 2012.

Assim, o primordial objetivo da elaboração bimestral e publicação do RREO é permitir que a sociedade organizada, de forma direta, ou através dos diversos órgão de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária dos Governos Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Demonstrar o desempenho da execução orçamentária é evidenciar a arrecadação de receitas, a execução das despesas nas diversas áreas, em especial, nas de saúde, educação, previdência e ainda a receita corrente líquida do ente público e respectivos resultados nominal e primário.

Em síntese, a essência do Relatório Resumido da Execução Orçamentária é ser um dos instrumentos de transparência e responsabilidade da gestão fiscal, finalidade que encontra guarida nos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência.

Nessa seara, o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais se dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF); e as versões simplificadas desses documentos.

Sobre os documentos que integram o RREO, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe da seguinte forma:

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

- I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:
 - a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
 - b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;
- II - demonstrativos da execução das:
 - a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
 - b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
 - c) despesas, por função e subfunção.


Célio Badelha
Vereador - PSDB

"Valorize a vida, não use drogas"


Roberto Duarte
vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596

Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: camara@riobranco.ac.leg.br



§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 20, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

Noutra banda, quanto ao RGF, a Lei de Responsabilidade Fiscal, assim determina em seu art. 54:

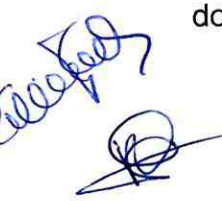
Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

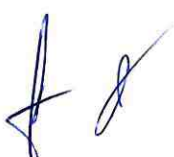
I - Chefe do Poder Executivo;

II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.


Celso G. da Silva
Vereador - PSDB


Roberto Duarte
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596
Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: camara@riobranco.ac.leg.br



Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

Conforme já assinalado, por força do art. 165, § 3º da Carta Magna, a elaboração do RREO será bimestral e a sua publicação deverá ocorrer em até 30 dias após o término do bimestre. Isso significa dizer que os prazos para elaboração não são de livre escolha dos entes, mas sim, estabelecidos pela LRF.

A data da publicação, desde que respeitado o prazo de até 30 dias após o término do bimestre, fica a critério de cada ente.

No caso vertente, o nobre Prefeito atendeu ao previsto em lei, posto que efetivou a publicação do RREO e do RGF do exercício de 2017 dentro do prazo


Célio Gadelha
Vereador - PSDB


"Valorize a vida, não use drogas"


Roberto Duarte
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596
Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: camara@riobranco.ac.leg.br

244
24 de Janeiro de 2017
Rio Branco - Acre

de 30 dias exigido pela legislação, consoante se vê no Ofício nº 325/GAPRE/2017 (p. 02/04).

Outrossim, as versões simplificadas do RREO e do RGF, exigência do art. 48 da LRF, foram encaminhadas a esta Casa Legislativa através do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (fls. 32/33) e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (fl. 8).

No tocante à composição do RREO, entendemos que os documentos anexados, referentes ao 2º Bimestre de 2017, estão de acordo com o estabelecido nos artigos 52 e 53 da LRF, uma vez que integram o relatório orçamentário os seguintes documentos: Balanço Orçamentário (fls. 9/11); Demonstrativos da Execução das Despesas por Função/Subfunção (fls. 12/14); Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 15); Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (fls. 16/18); Demonstrativo do Resultado Nominal (fl. 19); Demonstrativo do Resultado Primário – Estados, Distrito Federal e Municípios (fls. 20/21); e Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (fl. 22).

Afora o previsto pela LRF, consta no RREO encaminhado pelo Poder Executivo Municipal documentos exigidos por outros diplomas, são eles: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (LDB, art. 72, fls. 23/27); Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ADCT, art. 77, fls. 28/30); e Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (lei nº 11.079/2004, artigos 22, 25 e 28, fl. 31).

Quanto ao **Relatório de Gestão Fiscal – RGF** encaminhado pela Prefeitura de Rio Branco, entendemos que também foi cumprido o disposto no art. 54 da LRF, haja vista que consta a assinatura do Chefe do Executivo Municipal, do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Finanças, do contador Responsável e da chefe da auditoria em todos os documentos anexados ao relatório fiscal.

Acerca dos documentos encartados ao RGF, referentes ao 3º Quadrimestre de 2016, vislumbramos cumprido o exigido pelo art. 55 da LRF, pois foram encaminhados os seguintes documentos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal (fl. 04); Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (fl. 05); Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (fl. 06); e Demonstrativo das Operações de Crédito (fl. 07).

Todavia, ressaltamos a necessidade de cumprimento do art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim dispõe:

Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, **o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública** na comissão referida no § 1º do art. 166

Célio Gadelha

Vereador

"Valorize a vida, não use drogas"

Roberto Duarte
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596
Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: camara@riobranco.ac.leg.br

145
[Signature]

da Constituição ou equivalente **nas Casas Legislativas** estaduais e municipais.

Referido dispositivo foi regulamentado no âmbito municipal por meio da Lei Municipal nº 1.520/2004, que, visando garantir maior transparência e legitimidade à análise quadrimestral procedida com relação ao cumprimento da execução orçamentária, dispôs sobre a data de realização das Audiências Públicas e da necessidade de registro em ata dos acontecimentos e assuntos debatidos durante sua efetivação. Nesse sentido os artigos 1º e 4º da mencionada lei:

Art. 1º As Audiências Públicas, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, como instrumento de transparência da gestão fiscal do município de Rio Branco, a que se refere o § 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, **serão realizadas na última sexta-feira dos meses de maio, setembro e fevereiro, nas Sessões Ordinárias da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.**

Parágrafo único: Para aplicação da disposição do presente artigo, quando a última sexta-feira dos meses citados recair em dia sem expediente normal da Câmara Municipal de Rio branco, a audiência será realizada no 1º dia útil subsequente.

Art. 4º. As Audiências Públicas serão registradas em atas, para possibilitar consulta posterior e veiculação em qualquer meio de comunicação.

Parágrafo único: As atas e demais documentos pertinentes as Audiências Públicas, a que se refere o presente artigo, deverão ser ordenadamente arquivadas na Biblioteca da Prefeitura Municipal de Rio branco e na Divisão de Documentos do Setor Legislativo da Câmara Municipal de Rio branco e permanecerão a disposição para consulta ou cópia por qualquer empresa de comunicação, associações ou entidades de representação popular ou pública, segundo critérios definidos pelos referidos órgãos.

Assim, cumpre-nos recomendar o cumprimento da legislação acima, efetivando as Audiências Públicas na data legalmente determinada, cabendo ao Poder Executivo a apresentação dos dados relativos à situação econômica e financeira do Município, o cumprimento regular da receita, os custos de manutenção da Administração Pública Municipal especificada por natureza de despesa realizada, bem como os valores disponíveis para investimento e/ou geração de despesas, em conjunto com esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, sob a coordenação do Chefe do Poder Legislativo e demais autoridades municipais por ele designada, em consonância com o disposto nos artigos 2º e 3º da Lei Municipal nº 1.520/2004.

Diante dessa análise, é possível afirmar que o Executivo cumpriu com suas responsabilidades no âmbito da transparência fiscal, razão pela qual

[Signature]
Célio Rabelha

"Valorize a vida, não use drogas"

[Signature]
Roberto Duarte
Velcador



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596
Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: camara@riobranco.ac.leg.br

46
[Signature]
Câmara Municipal de Rio Branco

aprovamos o relatório em comento, ao tempo que sugerimos sua disponibilização a todos os vereadores que queiram analisa-lo, bem como ressaltamos a necessidade de realização de Audiências Públicas quando da elaboração do RGF, conforme acima detalhado.

Sala das Comissões Técnicas, em 19 de junho de 2017.

[Signature]
Vereador Eduardo Farias
Relator

A **Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final**, em reunião nesta data, decide pela aprovação dos mencionados relatórios.

Presidente:

Vereador Eduardo Farias *[Signature]*

Vice-Presidente:

Vereadora Elzinha Mendonça *[Signature]*

Membros Titular:

Vereador Rodrigo Forneck *[Signature]*

Vereador Artemio Costa *[Signature]*

Vereador Roberto Duarte *[Signature]*
Roberto Duarte
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

Comissões Técnicas

Rua 24 de janeiro, nº 53 – 6 de Agosto - Rio Branco – AC – CEP 69.905-596

Tel. +55 (68) 3302 – 7235 - Email: camara@riobranco.ac.leg.br



R. Forneck
Vereador Rodrigo Forneck
Relator

A **Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação**, em reunião nesta data, decide pela aprovação dos mencionados relatórios.

Presidente:

Vereador Rodrigo Forneck *R. Forneck*

Vice-Presidente:

Vereador Railson Correia *Railson Correia*

Membros Titulares:

Vereador Mamed Dankar *Mamed Dankar*

Vereador Emerson Jarude *Emerson Jarude*

Vereador Célio Gadelha *Célio Gadelha*